

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www.Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Quinta Sessão Ordinária**

**20 – 24 de Junho de 2014**

**Malabo, Guiné Equatorial**

**EX.CL/835(XXV)**

**Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DA UA  
DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS  
RECURSOS MINERAIS - MAPUTO, MOÇAMBIQUE, 13-17 DE  
DEZEMBRO DE 2013**

**RELATÓRIO DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DA UA DOS  
MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS  
MINERAIS  
MAPUTO, MOÇAMBIQUE, 13-17 DE DEZEMBRO DE 2013**

### **Introdução**

1 A Terceira Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da UA Responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais reuniu-se no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, a nível ministerial, de 16 a 17 de Dezembro de 2013 sob o tema “Alavancagem da Visão de África sobre as Minas para o Renascimento Africano: Rumo a uma Apropriação mais Ampla”. A Conferência foi presidida pela Sra. Esperança Bias, Ministra dos Recursos Minerais de Moçambique.

### **Participação**

2. Participaram na reunião os seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, RASD, Burundi, Chade, Congo, RDC, Eritreia, Etiópia, Gana, Quênia, Lesoto, Líbia, Malawi, Mali, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Senegal, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Participaram igualmente na reunião as Comunidades Económicas Regionais (CER), Organizações Parceiras, outros Estados não africanos e ONG a saber: COMESA, CEDEAO, SADC Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD, BAD, UNECA, PNUD, UNCTAD, Governo Austrália, Governo Canadiano, Rede África do Terceiro Mundo (TWN), Action Solidaire, Centro Mineiro da África Austral e Oriental (SEAMIC), União Nacional dos Trabalhadores das Minas (NUM), Organização para a Capacitação da Comunidade para Desenvolvimento (ORCADE), TUSKON, GIZ, Delegação da UE, Conselho da Geociência, Coligação *Publish what you Pay*, International Mining for Development, African Capacity Buiding Foundation, Câmara do Comércio e Indústria Pan-Africana (PACCI). A lista completa dos participantes está como Anexo 1.

### **PROCEDIMENTOS**

#### **Ponto 1 da Agenda: CERIMÓNIA DE ABERTURA**

- **Discurso de Boas-Vindas da Ministra de Recursos Minerais de Moçambique**

4. S. E. Esperança Bias, Ministra dos Recursos Minerais de Moçambique, manifestou a sua gratidão aos organizadores por terem escolhido Moçambique para acolher esta Conferência. Deu as boas-vindas a todos os participantes e expressou a esperança de que os resultados desta conferência iriam beneficiar tanto o provo de África como ao continente em geral. Ela citou o exemplo de Moçambique que está a levar a cabo o seu desenvolvimento socioeconómico,

através da ligação da sua extração mineira com outros sectores tais como o turismo, desenvolvimento da agricultura e dos recursos humanos. Disse que o sucesso de tal empreendimento depende de estratégias claras e boas de governação e da transparência na gestão dos recursos minerais, com vista a proteger as comunidades e partilhar equitativamente os benefícios. Ela acrescentou que Moçambique acolheu com satisfação o lançamento do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro, um Centro por Excelência, que iria coordenar os esforços de implementação da visão africana sobre as minas. Ela informou a reunião que Moçambique tornou-se membro da Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa em 2012. Ao concluir, ela agradeceu a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da realização desta conferência e declarou aberta a Terceira Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais.

- **Discurso do Secretário-Geral da CNUCED**

5. O Secretário-geral da CNUCED, Dr. Mukhisa Kituyi, destacou o facto de que a África deve transformar a maldição dos recursos em retornos positivos e ganhos para seu povo, para avançar para uma capacidade produtiva de transformação que é construído em torno de três áreas chave: recursos fiscais e naturais; capacidades empresariais e encadeamentos produtivos. Ele sublinhou a necessidade de políticas deliberadas que promovem a agregação de valor em recursos minerais brutos e sinergias/ligações entre o sector de mineração e outros sectores da economia. O Secretário-geral apelou aos Estados-membros a destinar uma certa percentagem de rendas minerais para o desenvolvimento sustentável dos países e do continente em geral. Como os recursos não são renováveis, incitou os Estados-membros a priorizar estratégias que criarão empregos e meios de subsistência sustentáveis para o seu povo.

6. O Secretário-geral recomendou que a África precisa de promover a transparência e a prestação de contas e reduzir os efeitos de práticas ilícitas e manipulação nos produtos de base ou no sector da indústria extractiva, incluindo preços de transferência, evasão fiscal, crime e outras actividades ilícitas. Ele defendeu os mecanismos de troca de informações de recursos nacionais, regionais e continentais que fornecem dados fiáveis sobre a exploração de minérios cujo conteúdo está claramente previsto na VMA. Em conclusão, o Secretário-geral garantiu que o PNUD continua plenamente empenhado em trabalhar e colaborar com os Estados-membros e o continente na busca da promoção do desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e apoio ao renascimento da África.

- **Discurso do Director do Escritório Regional do PNUD para África**

7. No seu discurso em nome do Sr. Abdoulaye Mar Dieye, Director Regional do PNUD para África, a Sra. Jennifer Topping, Coordenadora Residente da ONU e Representante do PNUD em Moçambique, primeiro agradeceu ao governo e ao povo de Moçambique pela liderança demonstrada na organização deste evento. Depois de recordar as principais oportunidades e desafios para o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável ligado a indústrias extractivas, a Sra.

Topping afirmou que o aproveitamento das indústrias extractivas para promover o desenvolvimento humano tornou-se uma prioridade para as parcerias da ONU em África. Ela, então, fez uma breve apresentação da abordagem holística da ONU para este sector, que abrange questões como os impactos sociais e de saúde, a dimensão do género e dos direitos humanos, bem como aspectos económicos e ambientais que têm de ser tidos em conta no desenvolvimento de indústrias extractivas. Ela explicou sucintamente o apoio actual que a ONU e, em particular, o PNUD, prestam neste sector, tanto a nível regional e nacional e o facto de que são procuradas sinergias fortes com diferentes parceiros: sejam eles o BAD, UNECA, CUA, autoridades regionais e nacionais relevantes, parceiros de desenvolvimento, organizações da sociedade civil e o sector privado.

8. Ela também mencionou o programa do PNUD recentemente lançado sobre Aproveitamento das Indústrias Extractivas para o Desenvolvimento Humano na África Sub-Sahariana, que visa atender as necessidades de desenvolvimento de capacidades em matéria de política, governação, responsabilidade e questões de transparência nas indústrias extractivas. Este projecto vai especificamente facilitar a implementação da adoptada Visão de África sobre as Minas pela União Africana, incluindo a criação do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro (CADM). O projecto também terá um Mecanismo de Resposta Rápida e o Fundo para fornecer apoio catalítico e complementar os esforços nacionais para melhorar as ligações entre o desenvolvimento humano e indústrias extractivas. Com relação ao CADM em particular, a Sra. Topping afirmou o quão satisfeito e orgulhoso o PNUD estava ao ser associado a um empreendimento tão importante que pode moldar parte do futuro Africano. Por último, ela concluiu sua intervenção mencionando que em Moçambique, o PNUD dará apoio específico de assessoria técnica e política ao Governo em auxílio ao desenvolvimento da Visão do País sobre as Minas e seu Plano de Acção.

### **Discurso pelo Representante do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento em Moçambique**

9. O Dr. Joseph Ribeiro, Representante Residente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento em Moçambique, informou a reunião que os recursos naturais são um elemento fundamental da estratégia decenal recentemente adoptada pelo Banco, que esboça a sua abordagem para produção de um crescimento inclusivo e apoio à transição para o crescimento verde em África. Ele destacou a capacidade do sector mineiro de agir como trampolim para o desenvolvimento do continente, realçando que o setor pode potencialmente gerar 30 biliões de dólares até 2030.

10. Ele citou as iniciativas globais que disse precisarem de ser aproveitadas, incluindo as obrigações mandatárias de prestar relatórios para as companhias extrativas, emanadas da recente legislação da UE e dos EUA e das novas normas da Iniciativa Transparente da Indústria Extractiva, etc. Acrescentou que, para África aproveitar a vantagem destas iniciativas, os Estados-membros precisavam de ter uma voz firme nestas iniciativas globais e ter uma visão interna tais como a Visão

Africana sobre as Minas (VMA), que é totalmente propriedade dos países africanos e apoiada por instituições africanas.

11. O Dr. Ribeiro reafirmou o compromisso do Banco como parceiro de implementação do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro para dar conselhos em tempo real tendo por objectivo melhorar a gestão da cadeia de valor dos recursos minerais. Acrescentou que esta questão reflecte-se na Decisão tomada pelo Dr. Ronald Kaberuka de criar um Centro Africano de Recursos Naturais no Banco com vista a oferecer serviços coordenados de aconselhamento, assistência técnica, formação, advocacia e conhecimento aos Estados-membros da UA e as CER sobre a gestão dos recursos naturais e mecanismos estabelecidos pelo Banco tais como o Mecanismo de Apoio Jurídico Africano já estão a trabalhar com o CADM, especialmente no domínio de capacitação humana e institucional para a avaliação dos quadros jurídicos e negociação e concessão de contratos. Felicitou o Presidente cessante e saudou o novo.

- **Discurso do Secretario Executivo da UNECA**

12. No seu discurso de abertura, a Sra. Fátima Denton indicou que a África está agora em ascensão, com sete das dez economias do mundo que mais crescem localizadas em África, e o continente respondendo por três quartos do fornecimento de platina do mundo, e metade de seus diamantes e crómio. A África também se orgulha de enormes jazigos de outros minerais como cobre, carvão, ouro e urânio, e mais de trinta países são cada vez maiores produtores de petróleo e gás. Com tal riqueza em recursos minerais, a África está agora numa posição estratégica e tem de aproveitar as crescentes demandas de produtos básicos minerais, a fim de colher os benefícios que por sua vez podem ser usados para erradicar a pobreza e melhorar a vida do povo africano.

13. A Sra. Denton também indicou que, embora o continente tenha esses enormes depósitos de minerais, o desafio está em melhorar as estruturas de governação que dá as comunidades mineiras o direito de exigir e esperar mais da riqueza mineral. Ao implementar a Visão de África sobre as Minas (VMA), espera-se que o continente avance para uma maior prosperidade que irá beneficiar os povos africanos, economias de combustíveis, impulsionar sectores produtivos, como a agricultura, bem como otimizar o potencial para o crescimento industrial e desenvolvimento. A África tem de necessariamente deixar de ser um exportador de matérias-primas para um continente que adopta cadeias de mais-valia, utilizando, assim, as matérias-primas como base para expansão do crescimento industrial e criando, deste modo, empregos para os seus cidadãos.

14. Além disso, a Sra. Denton observou que era importante para a África tirar proveito das parcerias já existentes com as comunidades e proporcionar-lhes as competências necessárias para desenvolver novas actividades na mineração artesanal e de pequena escala. A noção de conteúdo local também precisava de ser expandida para além de postos de trabalho, para incluir os direitos também.

15. Nas suas considerações finais, a Sra. Denton afirmou que os desafios enfrentados no sector mineiro relativos à evasão fiscal e preços de transferência, de entre outros, precisam de ser abordados. Os países africanos foram, portanto, exortados a implementar sistemas sólidos de medição capazes de rastrear e monitorar o progresso. Neste sentido, o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), pode ser usado.

- **Discurso do Presidente Cessante, Ministro das Minas da Etiópia**

16. No seu discurso, o Dr. Tolesa Shaga, Ministro de Estado dos Recursos Minerais da República Federal Democrática da Etiópia estendeu a sua gratidão aos membros da Mesa da 2ª Conferência de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pelos Recursos Minerais e os parceiros de implementação pelo seu apoio no sentido da materialização dos objectivos da Visão Africana sobre as Minas (VMA), durante o seu mandato como Presidente da Mesa. Ele recordou a aprovação da VMA pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana durante a sua Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em 2009, a fim de enfrentar os desafios que a África depara no sector mineiro.

17. O Ministro de Estado para as Minas informou a reunião que, como parte do processo de implementação da VMA, a Segunda Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, realizada em Adis Abeba, em 2011, aprovou o Plano de Acção, e para este fim, adoptou a proposta para estabelecer um Centro Africano de Desenvolvimento de Minérios (CADM), que irá promover e coordenar a implementação da VMA através da prestação de assistência técnica e política aos países africanos para lhes permitir usufruir dos benefícios de sua riqueza mineral.

18. O Ministro concluiu, apontando que a Comissão da União Africana, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) desenvolveram um Plano de Negócios para o estabelecimento da CADM para apoiar e coordenar as actividades de implementação de VMA. Ele desejou sucessos a nova Mesa e assegurou-lhes o apoio necessário.

- **Discurso da Comissária para Comércio e Indústria da CUA**

19. Sua Excelência, Sra. Fátima Haram ACIL, Comissária da UA para Comércio e Indústria iniciou o seu discurso apresentando os cumprimentos de Sua Excelência Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da UA e manifestou sua satisfação pela realização da 3ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, a terceira desde 2008. Ela agradeceu o Governo e o povo de Moçambique por gentilmente aceitar acolher esta Conferência. Referindo-se ao tema da Conferência " Alavancagem da Visão de África sobre as Minas para o Renascimento Africano: Rumo a Apropriação mais Ampla", sublinhou o seu alinhamento com o espírito do tema do 50º Aniversário da OUA/ UA sobre o Pan-Africanismo e Renascimento Africano. Os Chefes de Estado e de Governo da UA comprometeram-se a tomar posse, usar e desenvolver nossas riquezas e recursos naturais, por meio de mais-valia, como a base para a

industrialização, e que devem sustentar as deliberações desta 3<sup>a</sup> Conferência. Nesse sentido, a Visão Africana sobre as Minas e o seu Plano de Acção, que foram ambos aprovados e endossados pelas Cimeiras da UA de Janeiro de 2009 e 2012, como um quadro continental de recursos minerais de África. A questão premente agora é a de implementação eficaz, daí a recomendação para a criação do Centro Africano de Desenvolvimento de Minérios (CADM) e seu Plano de Actividades.

20. Ela prosseguiu, recordando que a dotação de África em reservas de petróleo, ouro, crómio e as novas descobertas de recursos minerais estão a ocorrer em todo o continente e o potencial de convertê-lo numa energia e referência geopolítica. Apesar disso, as populações africanas ainda estão para ver os benefícios a serem acrescidos. Não há nenhuma melhoria significativa na saúde, educação, nutrição e emprego. Embora ressaltando a natureza explosiva do aprofundamento, a Sra. Fátima Haram ACIL também mencionou aspectos positivos em que alguns Governos estão a aprender com as experiências dos outros, a criar empresas estatais de mineração, entrar em empreendimentos conjuntos com empresas privadas, publicar detalhes do contrato *on-line*, assim, aumentar a transparência e reduzir a corrupção em todos os níveis. Citando "Equidade na Extracção" de Koffi Anan, que a África perde duas vezes mais em fluxos financeiros ilícitos, do que recebe em ajuda internacional, ela notou com satisfação que duas das três prioridades para a Presidência do G8 são o cumprimento das obrigações fiscais e transparência. Ela também expressou a sua gratidão para com as Comunidades Económicas Regionais, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, o Banco Africano de Desenvolvimento, e todos os parceiros e intervenientes que apoiam a União Africana a impulsionar a agenda de recursos minerais e da CADM.

21. Em conclusão, salientou que o sucesso de África vai ser medido pela forma como ela traduz, através de liderança, transparência e prestação de contas, a sua riqueza em benefícios significativos para os cidadãos africanos. Já é altura de usar as receitas de recursos minerais para melhorar significativamente o bem-estar dos povos africanos. Ela expressou o desejo de que esta Conferência seja um alerta para todos os decisores para a necessidade de desenvolver políticas eficazes e equitativas e para tomar as decisões correctas que as gerações presentes e futuras vão se lembrar.

### **Ponto 2 da Agenda: Eleição da Mesa**

22. A Mesa recomendada foi aprovada e composta da seguinte maneira:

<b>Presidente</b>	<b>: Moçambique (África Austral)</b>
<b>1º Vice-Presidente</b>	<b>: Chade (África Central)</b>
<b>2º Vice-Presidente</b>	<b>: Gana (África Ocidental)</b>
<b>3º Vice-Presidente</b>	<b>: Argélia (África do Norte)</b>
<b>Relator</b>	<b>: Etiópia (África Oriental)</b>

### **Ponto 3 da Agenda: Adopção da Agenda e Organização do Trabalho**

23. A agenda e a organização do trabalho foram apreciados e aprovados conforme proposto pela Comissão e está como Anexo 2.

**Ponto 4 da Agenda: Painel de Debate sobre o tema**

24. Este ponto da agenda estava sob forma de Painel de Debate moderado por Sua Excelência Sra. Esperança Bias, Ministra dos Recursos Minerais de Moçambique. O Painel era composto por: Sua Excelência Sr. Sindiso Ndema Ngwenya, Secretário-geral da COMESA, Sua Excelência Dr. Ibrahim, Director Executivo da APCN, Representante da CIDA, Sua Excelência Sr. Bounacar G. Diall, Embaixador do Mali na Etiópia, Sua Excelência Sr. Benjamin Aryee, Director-geral da Comissão dos Minerais em representação o Ministro das Minas do Gana, Sua Excelência Sra. Susan Shabangu, Ministro das Minas da África do Sul e Sua Excelência Sra. Fátima Haram Acyl, Comissária do Departamento de Comércio e Indústria da CUA.

25. Os painelistas destacaram uma série de questões:

- a) Foi sublinhado que a beneficiação e Valor Acrescentado embora fundamental para a realização da VMA, por si só não vão resolver os problemas de transformação estrutural das economias africanas. No entanto, o inverso é verdadeiro; como transformação estrutural irá melhorar a agregação de valor e benefício.
- b) A implementação da VMA deve ser regionalizada, com funções específicas atribuídas as CER, por exemplo, capacitação ou questões de desenvolvimento.
- c) Que existe capacidade técnica limitada para negociar contratos a vários níveis, portanto, havendo necessidade de estabelecer-se uma equipa técnica a nível regional para ajudar na negociação de contratos que não serão afectados pelas políticas do país no domínio da mineração.
- d) Há necessidade de uma Biblioteca do Cadastro Geográfico continental ou regional ou um centro como um banco de dados sobre informação e especialistas na área para criar a apropriação do processo uma vez que o mapeamento estrangeiro vai limitar propriedade.
- e) A Equipa de Assistência de Tributação Continental ou regional poderia ser criada para aconselhar o governo sobre os efeitos de quadros políticos Fiscais na beneficiação de recursos minerais africanos.
- f) A propriedade local só pode ser resolvida através do desenvolvimento de políticas deliberadas que ditarão a participação das comunidades locais nas indústrias de mineração e por sua vez toda a economia.
- g) No Mali os minerais contribuem com 7% do PIB, 70% das receitas de exportação (200 biliões CFA), e para maximizar a propriedade e beneficiação, o governo deu início a um programa em que as empresas de



mineração, em parceria com o governo estão empenhadas em investir e contribuir para o desenvolvimento de infra-estruturas como a melhoria de estradas, sector da saúde e protecção ambiental.

- h) Algumas das melhores práticas sobre a propriedade também podem ser aprendidas a partir de Angola, que pôs em prática um quadro jurídico e de políticas abrangentes para garantir o mesmo. Gana e África do Sul também fornecem melhores práticas para a África. Portanto, é importante alavancar essas melhores práticas para garantir a realização das metas e objectivos da Visão de África sobre as Minas.
- i) A apropriação da VMA deve começar com a responsabilidade do país, onde o desenvolvimento de recursos minerais está incorporado na política do país e quadros jurídicos bem como outras estratégias nacionais, o plano e orçamento.
- j) A propriedade também pode ser alcançada através de programas específicos que apoiam a posse justa e que abordam questões sobre a participação comunitária, aquisição local, reinvestimento, saúde e segurança do trabalho.
- k) Envolver as comunidades como principais intervenientes no desenvolvimento das políticas de gestão de recursos minerais e no investimento.
- l) O papel das instituições Africanas de pesquisa é fundamental.
- m) As práticas de agregação de valor provenientes de países com longa experiência no continente iriam ajudar no aproveitamento dos benefícios minerais.
- n) Necessidade de desenvolver competências locais para reduzir a dependência, criar empregos e integrar os habitantes locais nas cadeias de valor do desenvolvimento mineral em níveis mais altos com benefícios ainda maiores.
- o) A existência de uma ligação clara entre a mineração e o desenvolvimento é o único caminho para abordar a questão da beneficiação e isto exige uma liderança comprometida e vontade política.
- p) Estabelecimento de Normas de Mineração para garantir uma exploração mineira responsável aumentaria a apropriação e asseguraria a responsabilidade empresarial.
- q) A mais-valia, apoiada pela industrialização com base nos produtos de base tem o potencial de criar empregos para jovens em África.
- r) Inclui igualmente as Comunidades na Diáspora bem como intervenientes nas iniciativas de desenvolvimento mineiro.

26. Nos debates que se seguiram, foram destacadas as seguintes questões:
- a) Garantir a beneficiação envolve as componentes política e económica, com a primeira a abordar a governação e transparência, enquanto a última aborda questões tais como necessidades financeiras e tecnológicas.
  - b) Há necessidade de melhorar a gestão das estratégias de desenvolvimento dos recursos minerais através de alinhamentos das taxas de lucro para os investidores multinacionais, com ganhos fiscais e de emprego, para as economias locais se beneficiarem plenamente da exploração dos recursos minerais. Com a actual prática, os investidores estrangeiros exportam a maioria do lucro ganho do que benefícios colhidos pelas comunidades locais.
  - c) A mais-valia sobre os minerais africanos é fundamental para atingir um crescimento inclusivo através da criação de empregos qualificados e subqualificados, aumentando o número de pessoas na classe média e, por sua vez, o crescimento económico através de apoio a Pequenas e Médias Empresas/Indústrias (PME/I).
  - d) A evasão fiscal, o preço de transferência e abuso de incentivos fiscais são principais desafios para obter óptimos benefícios dos recursos minerais e isto também impede a beneficiação e industrialização.
  - e) Para aumentar a beneficiação e apropriação em Moçambique, o governo adoptou políticas que prevêm que, para que as licenças sejam concedidas, a condição é de que 5 – 20% das quotas pertençam a moçambicanos nos estabelecimentos mineiros e através de desenvolvimento de um plano estratégico para desenvolvimento de competências para os locais na indústria extractiva.
  - f) Havia uma preocupação de que a implementação da VMA possa ser afectada pelos actores externos que podem ter um impacto negativo na execução da VMA/CMV e levar ao seu fracasso.
27. A Conferência fez as seguintes recomendações:
- a) Que a CUA trabalhe com as CER, onde for necessário, a fim de criar uma equipa no âmbito do CADM com vista a aconselhar e criar capacidades dos governos em matéria de negociação de contratos, tributação, Cadastro Geológico e criação de Centros de Dados, dentre outras questões.
  - b) Criar um Fórum Continental para partilhar as melhores práticas e experiências sobre o desenvolvimento e gestão dos recursos minerais, tomando em conta as histórias de sucesso e líderes no sector.
  - c) A CUA deve desenvolver um roteiro claro e prazos de implementação da VMA com vista a garantir a sua monitorização e avaliação adequadas para o sucesso da visão na materialização dos objectivos pretendidos.

- d) Os Estados-membros e as CER devem considerar o desenvolvimento de estratégias para o envolvimento de diversos intervenientes, cooperação e coordenação na implementação da VMA para responsabilidade coletiva.

**Ponto 5 da Agenda: Análise do Relatório da Reunião dos Altos Funcionários.**

28. O Relatório da Reunião dos Altos Funcionários foi apresentado pelo seu Presidente, tendo delineado todos os debates e recomendações nele contidos.

29. A Conferência tomou nota do Relatório e fez as seguintes recomendações em relação a cada ponto:

**Debate do Tema: “Alavancagem da Visão Africana sobre as Minas (VMA) para o Renascimento Africano: Rumo a uma Apropriação mais Ampla”**

- i. Os Estados-membros são exortados a considerar o alinhamento das suas CMV com a VMA, tomando em conta os quadros políticos nacionais e regionais.
- ii. Os Estados-membros devem iniciar processos participativos ao nível nacional e regional que reunirão os intervenientes a fim de garantir uma apropriação durante a implementação da VMA.
- iii. Os Estados-membros, caso seja necessário, devem estabelecer mecanismos para a coerência política e coordenação entre os ministérios competentes.

**Painel de Debate sobre a Administração dos Recursos Minerais**

**Apresentações sobre a Administração dos Recursos Minerais e Envolvimento das Comunidades (Moçambique e Mali)**

- i. A CUA deve organizar *workshops* nacionais e regionais para aprendizagem de pares em matéria de gestão de recursos minerais, incluindo a exploração mineira artesanal e de pequena escala.
- ii. A CUA deve organizar *workshops* para desenvolver as ferramentas de funcionamento necessárias a fim de facilitar o alinhamento das políticas e os quadros jurídicos nacionais das minas com a VMA. A aplicação destas ferramentas é opcional ao nível nacional.

**Apresentação sobre o Aproveitamento do Potencial do Mecanismo de Avaliação pelos Pares (MAAP) para a Administração dos Recursos Minerais**

- I. A CUA deve realizar um estudo abrangente que identifique claramente os principais indicadores de desempenho para a aplicação do MAAP na indústria extractiva.
- II. A CUA deve realizar consultas nacionais e regionais sobre a aplicação do MAAP para a gestão dos recursos minerais em África.

### **Debate sobre a Implementação da VMA ao Nível Nacional e Regional, o caso da Visão do País sobre as Minas e das CER (CMV)**

- I. A CUA deve convocar reuniões conjuntas envolvendo os Ministros do Comércio, da Indústria e dos Responsáveis pelos Recursos Minerais de modo a criar uma parceria no domínio de recursos minerais e garantir a internalização da VMA nos planos e estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais;
- II. A CUA deve incluir a VMA na Agenda da 7ª Conferência Conjunta da UA-ECA dos Ministros das Finanças, Economia e Planificação Económica agendada para Abril de 2014, em Abuja, subordinada ao tema “Industrialização para o Desenvolvimento Inclusivo”;

### **Análise do Plano de Actividades do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro (CADM)**

Os Ministros tomaram nota do Plano de Actividades do CADM e instruíram a Comissão da União Africana a tomar em conta as questões aqui especificadas:

- a) Mecanismos de financiamento para assegurar a sustentabilidade do Centro.
  - b) Aprofundar o trabalho do CADM quanto às ligações, diversificação, mais-valia e transformação social.
  - c) Esclarecimento da estrutura de relatórios do CADM em harmonia com os processos dos Órgãos da UA.
  - d) O papel dos Estados-membros e do CADM deve ser definido claramente no que diz respeito ao Projecto CADM;
- i. Os Estados-membros devem financiar o CADM a fim de aumentar o seu envolvimento nas suas actividades e assumir a apropriação do processo e dos resultados.

### **Sustentabilidade e Participação do CADM**

- i. A próxima reunião da Mesa deve analisar um relatório da CUA a fim de decidir sobre os acordos de sede para o CADM. Nas suas deliberações, a Mesa tomará em conta a oferta de Moçambique e outros países de acolher o Centro bem como políticas importantes sobre acordos de sede.
- ii. Por enquanto, o CADM deve estar sediado na UNECA.
- iii. Os Estados-membros devem prestar informação periódica sobre o ponto de situação da implementação da VMA.
- iv. A CUA deve encomendar um estudo abrangente sobre cenários alternativos da versão final do CADM para análise e adopção pela 4ª Conferência dos Ministros

Responsáveis pelos Recursos Minerais.

**Ponto 6 da Agenda: Análise e Adopção da Declaração Ministerial**

30. O Projecto da Declaração Ministerial foi analisada e aprovada com emendas e vem apensa neste relatório como Anexo 3.

**Ponto 7 da Agenda: Informação sobre a Agenda 2063 da União Africana**

31. O representante da Comissão da UA informou a reunião sobre a agenda 2063 da União Africana. Os Ministros tomaram nota da apresentação e recomendaram que:

- (i) A Agenda 2063 seja avaliada e actualizada depois de dez anos;
- (ii) Seja parte dos currículos escolares/universitários

**Ponto 8 da Agenda: Diversos**

32. Neste ponto não se levantou nenhuma questão.

**Ponto 9 da Agenda: Data e Local da 4ª Conferência da UA dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Minerais**

33. A Zâmbia e o Zimbabwe ofereceram-se para acolher conjuntamente a 1ª Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Minerais em Livingstone/Victoria Falls numa data a ser decidida após consultas.

**Ponto 10 da Agenda: Análise e adopção do Relatório da Conferência dos Ministros**

34. Os Ministros analisaram o seu relatório e aprovaram com emendas.

35. Subsequentemente, o representante da República Árabe Democrática do Saara chamou a atenção da Conferência às práticas ilegais do Reino do Marrocos, que esgota os recursos naturais da República Sarauí e, a este respeito, solicitou apoio e advocacia dos Estados-membros da UA para pôr termo a tais actividades.

**Ponto da 11 Agenda: Moção de Agradecimento**

36. A Moção de Agradecimento foi apresentada por S.E. Sra. Mashawana JANULILE, Ministra dos Recursos Nacionais da Suazilândia que, na sua alocução, agradeceu o Governo e o povo de Moçambique pela sua proeminente hospitalidade desde a sua chegada em Maputo. Sublinhou o grande desenvolvimento que se vê em Maputo e prestou tributo especial ao Ministério dos Recursos Minerais de Moçambique pela logística criada.

## **Ponto 12 da Agenda: Encerramento da Conferência**

37. Sob a Presidência de S.E. Alberto Clementino António VAQUINA, Primeiro-Ministro da República de Moçambique, a sessão de encerramento foi marcada pelos seguintes discursos:

38. No seu discurso final, S.E. Fatima HARAM ACYL, Comissária da União Africana para Comércio e Indústria, exprimiu a sua profunda satisfação pela qualidade dos debates durante a reunião dos Altos Funcionários bem como da sessão ministerial. Em seguida, ela insistiu na importância da gestão prudente dos recursos minerais na consolidação do crescimento económico, numa perspectiva inclusiva e sustentável. A este propósito, o lançamento do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro (CADM) em Maputo, a 16 de Dezembro de 2013, constitui uma etapa importante neste processo de operacionalização da VMA. A terminar, ela agradeceu ao Povo assim como às Autoridades de Moçambique pela hospitalidade e pelo nível de preparação da Conferência, o que testemunha o compromisso firme do país ao Renascimento Africano.

39. Ministra dos Recursos Minerais de Moçambique, Sra. Esperança BIAS, agradeceu, no seu discurso, aos seus colegas Ministros por se terem deslocado a Maputo a fim de participar nos trabalhos da Sessão Ministerial, tendo como objectivo a apropriação abrangente da VMA.

40. No seu discurso de encerramento, o Primeiro-Ministro da República de Moçambique, S.E. Alberto Clementino António VAQUINA, agradeceu aos participantes nos trabalhos das diferentes sessões pelas deliberações muito ricas, tendo em vista a apropriação mais abrangente da VMA. Em seguida, insistiu na troca de experiências, o que permitiu a formulação de recomendações operacionais visando promover o crescimento económico e a criação de empregos decentes e com melhor remuneração para os jovens africanos no domínio da transformação dos recursos minerais.

41. A terminar, ele declarou oficialmente encerrada a 3ª Conferência dos Ministros da União Africana responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais.

**EX.CL/835 (XXV)**  
**Anexo**

**DECLARAÇÃO DE MAPUTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA VISÃO  
AFRICANA DE MINERAÇÃO NO ÂMBITO DO RENASCIMENTO AFRICANO:  
RUMO A UMA APROPRIAÇÃO MAIS AMPLA  
17 de Dezembro de 2013**

**DECLARAÇÃO DE MAPUTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA VISÃO  
AFRICANA DE MINERAÇÃO NO ÂMBITO DO RENASCIMENTO AFRICANO:  
RUMO A UMA APROPRIAÇÃO MAIS AMPLA**

**Nós**, os Ministros da União Africana, responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, reunidos na Terceira Sessão Ordinária da nossa Conferência, nos dias 16 e 17 de Dezembro de 2013, em Maputo, Moçambique;

**PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS** com o facto de que os abundantes recursos minerais de África não estão a contribuir de forma equitativa e eficaz para a melhoria das condições de vida das suas populações;

**AINDA, PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS** com o aumento da competição e da procura pelos recursos mineiras de África, e pela imposição de condicionalidades comerciais, ambas, com a probabilidade de reduzirem o espaço político do continente de alcançar a beneficiação local, o acréscimo de valor e a industrialização baseada em recursos.

**CONSCIENTES** do enorme potencial de que o desenvolvimento dos recursos naturais pode trazer para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico de uma base ampla e para a concretização da Agenda 2063 da União Africana;

**RECORDANDO** o compromisso assumido pelos nossos Chefes de Estado e de Governo na sua Declaração Solene por ocasião do 50º Aniversário da OUA/UA para a apropriação, utilização e desenvolvimento das dotações de recursos naturais, através do acréscimo de valor, como base da industrialização do continente;

**RECORDANDO AINDA** a nossa Decisão AU/MIN/CAMRMRD/4(I) tomada durante a 1ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos, realizada de 13 a 17 de Outubro de 2008, na qual exorta-se os Estados Membros a trabalharem conjuntamente, de forma a garantir que os acordos internacionais celebrados, melhorem, ao invés de prejudicarem o espaço político de África em termos de integração do desenvolvimento dos recursos minerais nas suas economias;

**TOMANDO NOTA** de que foi desenvolvido um Plano de Acção, conforme mandatado pela 14ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Fevereiro de 2009 e aprovado pela Decisão EX.CL/Dec.714 (XXI) de Julho de 2012, que também apelava pela criação de um Centro de Desenvolvimento de Minerais;

**CONVENCIDOS** de que agora é a altura do Renascimento da África, para que o continente recupere a posse dos seus recursos naturais e implemente a Visão Africana de Mineração, com uma gestão sólida e prudente e, uma boa governação, com vista a maximizar os benefícios advindos da exploração dos recursos minerais para as gerações presentes e futuras, ao mesmo tempo que se limitem os impactos negativos ambientais e macroeconómicos;



**RECONHECENDO** que a implementação da Visão Africana de Mineração é uma responsabilidade comum dos actores estatais e não estatais, em particular os governos, o sector privado, o trabalho organizado, entre outros parceiros;

**DETERMINADOS** a aproveitar as oportunidades oferecidas pela alta procura dos preços de mercado favoráveis, ocasionada pelo aumento da concorrência, para passar da mera dependência da extracção e exportação de matérias-primas minerais, para uma mais-valia e crescimento com uma base ampla e estratégia de desenvolvimento para o continente;

**Por este meio:**

1. **COMPROMETEMO-NOS** a materializar o compromisso dos nossos Chefes de Estado e de Governo no que diz respeito aos recursos minerais conforme expresso na Declaração Solene;
2. **REAFIRMAMOS** o nosso compromisso para com a implementação eficaz do Plano de Acção da Visão Africana de Mineração, tendo em vista a concretização das metas do Desenvolvimento Industrial Acelerado em África (AIDA) bem como os objectivos da Agenda 2063 da União Africana, para a transformação da vida das populações de África e a integração de África na economia mundial;
3. **EXORTAMOS** aos Estados Membros da UA a integrar e adaptar a Visão Africana de Mineração a nível nacional, através de processos participativos amplos;
4. **APELAMOS** aos Estados-membros a promoverem o aprendizado entre pares e a troca de experiências em matéria de gestão de recursos minerais, ao mesmo tempo que se limitam os impactos ambientais e macroeconómicos e, **INSTRUÍMOS** a CUA a facilitar tais fóruns.
5. **APELAMOS AINDA** aos Estados-membros sob a coordenação dos Ministros responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos minerais, no sentido de estabelecerem quadros institucionais adequados e inclusivos, compreendendo outros Ministérios e intervenientes, de forma a garantir a optimização da gestão dos recursos minerais para efeitos de desenvolvimento mais amplo;
6. **EXORTAMOS AINDA** aos Estados Membros da UA a utilizarem plenamente o apoio estratégico e técnico oferecido pelo Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro (CADM) para a transformação do desenvolvimento mineiro em África.
7. **TOMAMOS NOTA** do Plano de Negócios do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro (CADM) conforme emendado;

8. **EXORTAMOS** a CUA a desenvolver um mecanismo financeiro que permita aos Estados-membros prestarem contribuições financeiras através dos vários meios, tendo em vista garantir a sua apropriação e sustentabilidade;
9. **CONCORDAMOS** com o estabelecimento do CADM como um projecto, no prazo de um ano, por forma a acelerar a implementação da Visão Mineral de África (AMV);
10. **TENDO** considerado e tomado nota no Plano de Negócios do CADM, **POR ESTE MEIO, MANDATAMOS** a Mesa a analisar os preparativos para o acolhimento do Projecto CADM durante a próxima reunião;
11. **APELAMOS** à CUA a continuar a elaborar propostas para a institucionalização do CADM no prazo de um ano;
12. **SOLICITAMOS** a realização de um estudo abrangente sobre cenários alternativos do formato final do CADM para efeitos de análise e adopção pela 1ª Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais;
13. **SOLICITAMOS AINDA** à Comissão da UA, em colaboração com as CER, APCN (NEPAD), UNECA, PNUD, BAD e todos os intervenientes africanos, no sentido de assistir os Estados-membros a implementar rapidamente o Plano de Acção da AMV.

**Adis Abeba, 17 de Dezembro de 2013**

**PROJECTO DE DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA UA RESPONSÁVEIS PELO  
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS  
Doc. EX.CL/835(XXV)**

**O Conselho Executivo,**

1. **TOMA NOTA** do Relatório da 3ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da UA Responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais, realizada nos dias 13 - 17 de Dezembro de 2013, em Maputo, Moçambique;
2. **APOIA** a Declaração de Maputo sobre o "Aproveitando da Visão Africana da Mineração pelo Renascimento da África: Rumo à uma apropriação mais vasta", adoptada pela 3ª Sessão Ordinária da Conferência de Ministros da UA Responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais;
3. **RECORDA** que um plano de acção para a implementação da Visão Africana da Mineração foi endossado pela Decisão EX.CL/Dec.714(XXI) de Julho de 2012, que também subscreveu a Declaração apelando para o estabelecimento de um Centro de Desenvolvimento de Minerais;
4. **TOMA NOTA** dos esforços continentais em curso para a criação do Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais (CADM) como um braço de execução da Visão Africana da Mineração (VAM), e **REDIRECCIONA** a CUA para agilizar o processo de institucionalização do CADM, como uma estrutura permanente;
5. **EXORTA** a CUA no sentido de desenvolver um mecanismo de financiamento para permitir que os Estados-membros façam contribuições financeiras para o CADM, através de vários meios, de modo a assegurar a sua apropriação e a sustentabilidade;
6. **SOLICITA** a CUA no sentido de ampliar as parcerias público-privadas do CADM para uma implementação bem-sucedida e eficaz da Visão Africana da Mineração, no âmbito do Desenvolvimento Industrial Acelerado da África (AIDA) e no contexto da promoção do Comércio Intra-Africano e o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental; e
7. **SOLICITA AINDA** a CUA para submeter, em colaboração com as CERs, a UNECA e o BAD, um relatório de progressos, de dois em dois anos, sobre a implementação do Plano de Acção da Visão Africana da Mineração.

2014

Report of the 3rd ordinary session of the  
AU conference of Ministers responsible  
for mineral resources development,  
Maputo, Mozambique, 13 – 17  
December 2013

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4215>

*Downloaded from African Union Common Repository*